

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:
TR DGC.001/2022

Emissão:
25/05/2023

Revisão 4

1. OBJETO
2. JUSTIFICATIVA
3. DADOS REFERENCIAIS
4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
5. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
6. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E/OU REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO
7. FORMA DE PAGAMENTO
8. QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO
9. LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
10. OBRIGAÇÕES DA PPPSA
11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13. PRAZO DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
14. CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES
15. ATENDIMENTO À LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (“LGPD”)
16. MATRIZ DE RISCOS

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

1. OBJETO

1.1. Contratação da prestação de serviços técnicos especializados de auditoria de custo em óleo em contratos de Partilha de Produção para Exploração de Petróleo e Gás Natural (“CPPs”) e Acordos de Individualização da Produção (“AIPs”), de forma a verificar a efetiva alocação dos custos de execução de projetos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de Petróleo, de Gás Natural e de outros hidrocarbonetos fluidos das áreas definidas nos CPPs e AIPs, bem como o atendimento dos requisitos básicos listados no item 4.3 deste Termo de Referência – “*DOCUMENTOS BÁSICOS DE REFERÊNCIA*” e a efetiva aplicação dos recursos nas atividades aprovadas pertinentes, com emissão de Relatório Final.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação dos serviços descritos no item “1. Objeto” são essenciais como suporte ao cumprimento das obrigações previstas na Lei nº 12.304/2010, artigo 4º, inciso I, alínea “e”, e nos respectivos CPPs e AIPs.

3. DADOS REFERENCIAIS

3.1. A PPSA, empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada através do Decreto nº 8.063 de 1º de agosto de 2013 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Decreto/D8063.htm), submetida ao regime próprio das Sociedades Anônimas, tem por objeto a gestão dos CPPs, celebrados pelo Ministério de Minas e Energia, e a gestão dos contratos para comercialização de Petróleo, de Gás Natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Verificar o atendimento dos requisitos na documentação destinada às realizações das auditorias nos CPPs ou AIPs e a efetiva aplicação dos recursos nas atividades aprovadas pertinentes com emissão de Relatório Final.

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

4.2. Examinar os lançamentos em custos nos sistemas utilizados pelos Operadores, com a comprovação dos efetivos dispêndios no objeto do CPP ou AIP, englobando impostos, encargos, remessas ao exterior e variação cambial, verificando a conformidade dos registros individuais da Lista de Gastos em relação aos documentos de referência apresentados a seguir, conforme interpretação contratual da PPSA. A auditoria deve abranger, pelo menos, 80% (oitenta inteiros por cento) dos custos (materialidade) e, para os demais, utilizar amostragens representativas ou indicações feitas pela PPSA para fins de auditoria. Além disso, itens com custos aparentemente discrepantes com a realidade também devem ser objeto de escrutínio.

Os achados da auditoria deverão ser classificados em duas categorias:

- **Recomendações** – quando forem encontrados custos lançados que não se enquadram nos critérios de referência, excedam a razoabilidade, não reflitam o efetivo dispêndio no objeto do CPP ou AIP, apresentem inconsistências legais, tributárias ou contábeis, individuais ou em conjunto. Estas recomendações deverão indicar a glosa do valor correspondente à não-conformidade, bem como alguma outra ação de gestão para evitar a recorrência;
- **Observações** – quando forem encontrados desvios que não impliquem em apropriação indevida de custos conforme a referência, mas que, caso persistam, podem indicar a ocorrência de falhas sistêmicas que venham a comprometer as boas práticas na alocação de custos.

4.3. DOCUMENTOS BÁSICOS DE REFERÊNCIA

Os documentos listados a seguir servirão como referência para a realização das auditorias.

1. Lei nº 12.351/2010, de 22 de dezembro de 2010;
2. Lei nº 12.304/2010, de 2 de agosto de 2010;
3. Decreto nº 2.705/1998, de 3 de agosto de 1998;
4. Resolução CNPE nº 8/2016, de 14 de dezembro de 2016;
5. Resolução ANP nº 867/2022, de 14 de fevereiro de 2022;
6. Contrato(s) de Partilha de Produção para Exploração de Petróleo e Gás Natural (CPP);
7. Acordo(s) de Individualização da Produção (AIP);

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

8. Procedimento de Reconhecimento do Custo em Óleo no Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP) da PPSA;
9. Regimento(s) Interno(s) do(s) Comitê(s) Operacional(is) do(s) Consórcio(s);
10. Programa(s) Anual(is) de Trabalho e Orçamento;
11. Relatório(s) de Atividades do CPP;
12. Relatório(s) Mensal(is) de Atividades do(s) Projeto(s) em andamento;
13. Estrutura(s) Orçamentária(s) Anual de cada Projeto;
14. Autorizações de Dispendios (*Ballots*, *AFE* e *Notices*);
15. Plano(s) de contratações;
16. Cadastro(s) de contratos;
17. Contratos;
18. Cadastro(s) de ativos (estoques e ativos imobilizados);
19. Documentos comprobatórios da aprovação dos gastos (*ballots* e *notices*);
20. Notas fiscais, *invoices*, comprovantes de liquidação bancária, pedidos de compra;
21. *Timesheets*;
22. Lista de Gastos (LG);
23. Controle e Inventário de Estoques;
24. Relatórios de Poços;
25. Relatórios de Sistemas Submarinos;
26. Relatórios de Unidades de Produção Flutuantes;
27. Relatórios de Exploração;
28. Relatórios de Gasodutos e Oleodutos; e
29. Relatórios de Medição de Serviços Realizados.

4.4. RELATÓRIOS E DOCUMENTOS

Como resultado dos serviços de auditoria, deverão ser elaborados e emitidos pela CONTRATADA os seguintes relatórios e documentos:

- **Relatório de Auditoria de Custo em Óleo no CPP/AIP XXX Relativo ao Exercício YYYY** – elaborado de forma concisa para cada auditoria realizada, sendo assinado e emitido em meio digital no formato .pdf, com anexo de documentações suporte tais como papeis de trabalho (.xlsx), entre outras. Em cada relatório, o CPP ou AIP deverá ser referenciado pelo nome e

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

número do documento pertinente, bem como indicado o ano ou período auditado, representados pelos **YYYY** acima. O relatório deve apresentar todas as conformidades e não-conformidades identificadas durante o processo de verificação de conformidade, incluindo detalhes que levaram a estas conclusões, contendo os seguintes itens:

- Objetivo
 - Base Legal e Normativa
 - Equipe Auditora
 - Período Auditado
 - Escopo do Trabalho
 - Limitação de Uso do Relatório
 - Documentações Analisadas (sumário)
 - Atividades Auditadas
 - Considerações Gerais
 - Análises de Auditoria (englobar todas as áreas auditadas)
 - Papéis de Trabalho (sumário)
 - Achados (Observações e Recomendações)
 - Conclusões
- **Papeis de Trabalho da Auditoria** – conjunto de documentos que serviram de base para a auditoria e suas análises, organizados em volume separado do Relatório.

4.5. É desejável que a equipe que executará os serviços de auditoria seja constituída por auditores com formação em curso superior e que detenham, em conjunto, as competências/experiências em auditorias de conformidade em contratos da área de Petróleo e Gás Natural, registro nos Conselhos pertinentes, conhecimentos de sistemas contábeis, entre eles SAP ERP e familiaridade com tributação, especialmente aqueles tributos passíveis de recuperação.

4.5.1. Essa comprovação poderá ser feita, por meio de cópia da carteira de trabalho do profissional, ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou associado.

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

4.6. O volume máximo de documentações a serem selecionadas para realização das análises em cada ciclo de auditoria é de 6.000 (seis mil), devendo ser observado o descrito no item 4.3 (documentos básicos de referência).

4.7. CRONOGRAMA ESTIMADO

EVENTO	PRAZO
Assinatura do Contrato	Data da Assinatura ("D")
Mobilização	Até 30 dias
1ª Reunião de Trabalho (Kick Off)	D
CICLO DE AUDITORIA	
Elaboração do Termo de Referência da Auditoria	5 dias após o comunicado para realização da auditoria.
Análise de Documentações Internas na PPSA e emissão de Relatório Preliminar referente ao CPP ou AIP a ser auditado	Duração de até 25 dias.
Serviços de Auditoria na Operadora	Duração de até 60 dias.
Entrega do Relatório Conclusivo	15 dias após o término da auditoria.
Entrega dos Papéis de Trabalho da Auditoria	Até 15 dias após o término da auditoria.
TOTAL DO CICLO DE AUDITORIA (CONTRATADA)	120 dias
Análise e aprovação da PPSA	30 dias
CICLO TOTAL (PPSA + CONTRATADA)	150 dias

4.8. O prazo para prestação dos serviços é de 36 (trinta e seis) meses, devendo a CONTRATADA utilizar as equipes necessárias para a execução de cada ciclo de auditoria. No período de 3 (três) anos de prestação dos serviços, estão estimados o total de 24 (vinte e quatro) ciclos de auditoria.

4.9. As auditorias serão programadas para execução por trimestres, o que indica a estimativa de realização de 2 (duas) auditorias por trimestre no prazo de vigência do Contrato. Em determinado trimestre é possível que o número de CPPs ou AIPs disponíveis para realização das auditorias seja inferior ou superior à média trimestral. Nesse caso, a CONTRATADA será comunicada para fins de tomar conhecimento das reprogramações necessárias e se organizar para a execução dos serviços.

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

5 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Relatório Preliminar – Relatório prévio emitido após a conclusão da análise da Documentação Interna, por ciclo*.	24		
2	Relatório Conclusivo da Auditoria, por ciclo*.	24 (1 cópia física encadernada e 1 cópia digital nos arquivos fonte e pdf)		
3	Papéis de Trabalho da Auditoria, por ciclo*.	24 (1 cópia física e 1 digital em pdf)		
PREÇO TOTAL				

**Por ciclo, significa por cada auditoria.*

6 EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E/OU REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO

6.1 Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato:

6.1.1. A PPSA e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da PPSA para a justa remuneração da CONTRATADA, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

6.2. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da PPSA ou mediante solicitação da CONTRATADA, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no instrumento contratual, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à CONTRATADA, nos termos da Matriz de Riscos, prevista no Anexo I deste Termo de Referência, respeitando-se o seguinte:

- a) a CONTRATADA deverá formular à PPSA o requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- c) com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

6.3. Independentemente de solicitação, a PPSA poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela PPSA.

6.4. Reajustamento de Preços:

6.4.1. Os preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (“IPCA”), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IBGE”), acumulado em 12 (doze) meses.

6.4.2. Na impossibilidade, por qualquer motivo, de utilização do IPCA, adotar-se-á, para fins de cálculo do reajuste, outro índice publicado por instituição idônea, a critério da PPSA, e que melhor reflita a

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

inflação ocorrida no período. A eventual utilização de outro índice, na forma aqui prevista, não representa a renúncia da adoção do IPCA, o qual poderá ser utilizado em reajuste futuro.

6.4.3. Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento.

7 FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetivado após o recebimento da documentação de cobrança e aprovação de cada evento, de cada item, pela PPSA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do fato que acontecer por último.

7.2. A PPSA efetuará a retenção de impostos, taxas e contribuições quando devidos na fonte, em conformidade com a legislação em vigor.

8 HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Habilitação Técnica

a) Atestado(s) ou declaração(ões) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) que:

a.1) a empresa proponente já tenha realizado auditorias de verificação contratual no mercado de óleo e gás no segmento *upstream* (Produção e Exploração);

ou

a.2) que os sócios da proponente já tenham realizado auditorias de verificação contratual no mercado de óleo e gás no segmento *upstream* (Produção e Exploração).

Qualificação Econômico-financeira

a) Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício – DRE do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem que a empresa possui Patrimônio Líquido positivo, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

- b) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9. LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Dada a natureza dos serviços, que envolvem o trâmite de documentos sigilosos, a CONTRATADA deverá executar os serviços objeto desta licitação nas dependências do Escritório Central da PPSA, localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro/RJ e do Operador dos CPP(s) e AIP(s) objetos do contrato, também localizadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, sob coordenação de preposto da PPSA.

10. OBRIGAÇÕES DA PPSA

10.1. Proporcionar todos os meios necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas no contrato de prestação de serviços, o que incluirá a disponibilização dos tipos de documentações destacadas no item 4.3;

10.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço de cobrança;

10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual, por meio de representante especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato. A execução do instrumento contratual será acompanhada e fiscalizada seguindo orientações da legislação vigente;

10.4. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência irregular relacionada com a execução dos serviços, podendo determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

10.5. Efetuar os pagamentos dos valores correspondentes aos serviços prestados no prazo contratado, desde que atendidas as formalidades necessárias;

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

10.6. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do contrato;

10.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.8. Fornecer acesso à rede interna da PPSA para consulta aos arquivos pertinentes.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas no contrato e dos itens abaixo arrolados, o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.

11.1. Quanto aos serviços:

11.1.1. Atender e manter, durante a execução do contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados;

11.1.2. Os serviços de auditoria deverão ser prestados por profissionais especializados em cada área;

11.1.3. Executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas no contrato e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;

11.1.4. Fornecer todo pessoal necessário e adequado à execução dos serviços;

11.1.5. Adotar os padrões e normas de auditoria internacionalmente aceitas;

11.1.6. Arcar com todas as despesas de seu pessoal, respondendo pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e securitários;

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

11.1.7. Fornecer todos os materiais e serviços próprios à execução dos trabalhos, competindo-lhe, ainda, o fornecimento das demais utilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto contratual, inclusive computadores com acesso à *internet* e *e-mail*;

11.1.8. Designar, no mínimo, um Representante Geral, responsável pela execução do contrato, e um responsável/coordenador técnico, que se responsabilizarão integralmente pelos serviços prestados;

11.1.9. Observar o perfeito cumprimento do objeto desta contratação, submetendo-se à fiscalização da PPSA por meio de representante por esta indicado, que poderá ser efetuada a qualquer época durante a vigência do contrato, visando ao rigoroso cumprimento das obrigações assumidas;

11.1.10. Comunicar à PPSA qualquer anormalidade que venha a impactar a prestação dos serviços relacionados neste Termo de Referência;

11.1.11. Executar os serviços em conformidade com a programação estabelecida pela PPSA, orientando seus empregados a executarem suas tarefas com presteza, rapidez e eficiência;

11.1.12. Atender prontamente às determinações, orientações, solicitações e reclamações por parte da PPSA, prestando todos os esclarecimentos solicitados, ou na impossibilidade, enviar justificativa por escrito;

11.1.13. A CONTRATADA estará sujeita aos termos de confidencialidade descritos na correspondente cláusula de confidencialidade contratual;

11.1.14. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos salários dos seus empregados, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegure, pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e securitários e demais exigências legais para o exercício das atividades deste Termo de Referência;

11.1.15. Responsabilizar-se por eventuais indenizações decorrentes de quaisquer danos ou prejuízos causados à PPSA e/ou a terceiros, por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

11.1.16. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros, com base na legislação em vigor, relacionada com os serviços objeto do contrato;

11.1.17. Reunir-se, sempre que necessário, com os responsáveis pela fiscalização do contrato para tratar de assuntos pertinentes a esta contratação;

11.1.18. Encaminhar, previamente, à PPSA as minutas dos Relatórios das auditorias para avaliação das informações, observações e recomendações expedidas, elaborando o texto final após a apreciação da PPSA;

11.1.19. Emitir relatórios diversos e entregar os papéis de trabalho de auditoria, relativos ao objeto do contrato, em conformidade com o item 5, atendendo à demanda no prazo contratado com a PPSA;

11.1.20. Cumprir as normas e políticas de acesso e de segurança da PPSA.

11.2. Quanto às condições de habilitação:

11.2.1. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Com fundamento nos artigos 129 e 130 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da PPSA, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de descumprimento contratual, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, assim considerado pela Administração, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da PPSA, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

b.2) 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior a 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; e

b.3) 30% (trinta inteiros por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a PPSA, por um prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.2. Conforme art. 84 da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas na alínea “c” do item 12.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação; e

III - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a PPSA em virtude de atos ilícitos praticados.

12.3. Conforme art. 185 da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

12.4. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

13. PRAZO DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

13.1 O prazo de mobilização será de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a execução dos 24 (vinte e quatro) ciclos de auditoria previstos nessa licitação será de 36 (trinta e seis) meses, correspondendo a 8 ciclos de auditoria por ano, contados a partir da data de encerramento da mobilização, e o de vigência será de 39 (trinta e nove) meses após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma e limite da lei.

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

14. CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

14.1. Todas as informações decorrentes da prestação dos serviços relacionados ao objeto contratual serão consideradas “Informações Confidenciais” e serão objeto de sigilo, salvo se expressamente estipulado em contrário pela PPSA, sendo que:

14.2. A CONTRATADA se comprometerá a guardar confidencialidade e a não utilizar qualquer tipo de Informação Confidencial para propósitos estranhos àqueles definidos no contrato firmado.

14.3. A CONTRATADA se comprometerá a adotar as medidas necessárias para que seus diretores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços do objeto do contrato, que precisem conhecer a Informação Confidencial, mantenham sigilo sobre ela, adotando todas as precauções e medidas para que essas obrigações de confidencialidade sejam efetivamente observadas, apresentando a PPSA as declarações neste sentido.

14.4. O compromisso de confidencialidade é permanente e se manterá durante o período de vigência do contrato e após o seu término.

14.5. A divulgação de qualquer Informação Confidencial somente será possível mediante prévia e expressa autorização por escrito da PPSA ou quando requerida pelas Autoridades Governamentais, Administrativas e/ou Judiciárias e, neste caso, a CONTRATADA deverá reportar o fato imediatamente à PPSA.

14.6. O não cumprimento da obrigação de confidencialidade sujeitará a CONTRATADA ao pagamento das perdas e danos comprovadamente sofridos pela PPSA, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis decorrentes de sua violação.

14.7. A CONTRATADA obriga-se a devolver, à PPSA, todo o material e arquivos que contenham informações confidenciais tão logo seja solicitado, ou ocorra a rescisão, ou o término da vigência do contrato.

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

15. ATENDIMENTO À LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (“LGPD”)

15.1 A CONTRATADA se compromete a observar, cumprir e respeitar, na sua integralidade, as normas de proteção e de tratamento de dados pessoais (“Dados”), conforme o disposto na legislação de proteção de dados pessoais vigentes e aplicáveis, identificadas como as “Leis de Proteção de Dados”, se vinculando integralmente a, exemplificativamente:

- a) Realizar tratamento, guarda e transmissão de Dados com finalidade, aplicação e respeito aos princípios e direitos fundamentais assegurados ao titular de Dados;
- b) Manter procedimentos internos condizentes com as melhores práticas para governança e a segurança dos Dados que são armazenados ou utilizados e porventura compartilhados com a PPSA, bem como observar garantir que seus projetos e/ou produtos são criados levando em conta as diretrizes e princípios da privacidade desde a concepção (“privacy by design”);
- c) Cumprir integralmente com os deveres dos agentes de tratamento que as Leis de Proteção de Dados lhe imputam, principalmente no que se refere à coleta do consentimento e existência de hipótese legal para tratamento dos Dados, e. g. com termos de uso e políticas de privacidades transparentes, adequadas e claras, considerando sempre a finalidade e demais princípios que justificam sua coleta, disponibilização e/ou tratamento;
- d) Sempre aplicar em contratos, documentos e/ou acordos, escritos ou verbais, porventura firmados com quaisquer terceiros ou qualquer das suas afiliadas e/ou subsidiárias, cláusulas semelhantes a essa, no intuito de disseminar a cultura do tratamento seguro de Dados e em conformidade com as Leis de Proteção de Dados.

15.2 A CONTRATADA compromete-se a manter a PPSA absolutamente indene de qualquer dano, prejuízo ou penalidade que possa vir a sofrer em decorrência de eventual infração às Leis de Proteção de Dados perpetrada pela CONTRATADA.

15.3 Caso ocorra qualquer incidente na CONTRATADA envolvendo os dados tratados juntamente com a PPSA (como violação de segurança, acessos não autorizados, perda, destruição, etc.), a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato por meio do endereço eletrônico da DPO (dpo@ppsacom.br) em até 24h (vinte e quatro) horas, comprometendo-se, ainda, a auxiliar a PPSA em quaisquer questões envolvendo dados pessoais tratados entre as organizações.

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.

Número:
TR DGC.001/2022

Emissão:
25/05/2023

Revisão 4

15.4 A CONTRATADA compromete-se que, ao subcontratar atividades envolvendo os dados pessoais, realizará contrato escrito contendo as mesmas obrigações impostas por este contrato em relação à CONTRATADA, inclusive quanto às medidas técnicas e de segurança das informações/dados pessoais que o subcontratado deverá implementar.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, os riscos decorrentes da relação contratual foram identificados na Matriz de Riscos constante do Anexo I deste Termo de Referência, na qual, sem prejuízo de outras previsões contratuais, são estabelecidos os respectivos responsáveis.

16.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.
Número:

TR DGC.001/2022

Emissão:

25/05/2023

Revisão 4

ANEXO I – MATRIZ DE RISCO

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco atinente ao Tempo de Execução	Atraso em geral na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Indisponibilidade de serviços completo ou parcial.	Diligência da Contratada na execução contratual.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Indisponibilidade de serviços parcial ou completo.	Planejamento empresarial.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como “fato do príncipe”, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela PPSA, que comprovadamente repercute no preço da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	PPSA
	Atraso em geral na entrega de documentações que impossibilitem o pagamento.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Revisão de preço.	Contratada

Contratação de empresa para prestação de serviços técnico especializado de auditoria de custo em óleo.**Número:**
TR DGC.001/2022**Emissão:**
25/05/2023

Revisão 4

	de incidência tributária.			
	Elevação dos custos operacionais, quando superior ao índice de reajuste previsto no Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
Risco na Execução	Falta de habilidade técnica.	Atraso na entrega de tarefas e aumento do custo do serviço.	Substituir, temporariamente, os profissionais para treinamento ou substituí-los permanentemente.	Contratada

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2023

Elaborado por: <u>ALBERTO SANTOS</u> <small>ALBERTO SANTOS (May 25, 2023 14:26 ADT)</small> Alberto Fonseca dos Santos Assessor da Presidência	Revisado por: <u>CidValerio</u> <small>CidValerio (May 25, 2023 14:28 ADT)</small> Cid Valério Gerente Executivo de Contratos	Aprovado por: <u>Osmond Coelho Jr.</u> <small>Osmond Coelho Jr. (May 25, 2023 16:21 ADT)</small> Osmond Coelho Júnior Diretor de Gestão de Contratos
---	--	---






2. TERMO DE REFERÊNCIA CONJUR_REV 24.05


Final Audit Report

2023-05-25

Created:	2023-05-25
By:	Cid Valerio (cpvaler@hotmail.com)
Status:	Signed
Transaction ID:	CBJCHBCAABAAjgwjIANBHGcEEGHLOsNI_EgCutgarOVb

"2. TERMO DE REFERÊNCIA CONJUR_REV 24.05" History

-  Document created by Cid Valerio (cpvaler@hotmail.com)
2023-05-25 - 4:59:36 PM GMT- IP address: 201.49.122.57
-  Document emailed to alberto.santos@ppsa.gov.br for signature
2023-05-25 - 5:01:40 PM GMT
-  Email viewed by alberto.santos@ppsa.gov.br
2023-05-25 - 5:25:09 PM GMT- IP address: 177.27.24.71
-  Signer alberto.santos@ppsa.gov.br entered name at signing as ALBERTO SANTOS
2023-05-25 - 5:26:17 PM GMT- IP address: 177.27.12.151
-  Document e-signed by ALBERTO SANTOS (alberto.santos@ppsa.gov.br)
Signature Date: 2023-05-25 - 5:26:19 PM GMT - Time Source: server- IP address: 177.27.12.151
-  Document emailed to cid.valerio@ppsa.gov.br for signature
2023-05-25 - 5:26:20 PM GMT
-  Email viewed by cid.valerio@ppsa.gov.br
2023-05-25 - 5:27:13 PM GMT- IP address: 201.49.122.57
-  Signer cid.valerio@ppsa.gov.br entered name at signing as CidValerio
2023-05-25 - 5:28:06 PM GMT- IP address: 201.49.122.57
-  Document e-signed by CidValerio (cid.valerio@ppsa.gov.br)
Signature Date: 2023-05-25 - 5:28:08 PM GMT - Time Source: server- IP address: 201.49.122.57
-  Document emailed to osmond.coelho@ppsa.gov.br for signature
2023-05-25 - 5:28:10 PM GMT

 Email viewed by osmond.coelho@ppsa.gov.br

2023-05-25 - 7:20:58 PM GMT- IP address: 201.49.122.57

 Signer osmond.coelho@ppsa.gov.br entered name at signing as Osmond Coelho Jr.

2023-05-25 - 7:21:41 PM GMT- IP address: 201.49.122.57

 Document e-signed by Osmond Coelho Jr. (osmond.coelho@ppsa.gov.br)

Signature Date: 2023-05-25 - 7:21:43 PM GMT - Time Source: server- IP address: 201.49.122.57

 Agreement completed.

2023-05-25 - 7:21:43 PM GMT